

# A PRODUÇÃO E A APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS E CAPITAL SOCIAL NA SOCIEDADE DE CLASSE<sup>1</sup>

*Lindomar Wessler Boneti<sup>2</sup>*

## **RESUMO**

Analisa-se a complexidade inerente à produção e à apropriação dos recursos e capital social na sociedade de classe, a partir da elaboração de um entendimento conceitual em relação a estas duas categorias analisadas e a relação que se pode estabelecer entre ambos, no processo da produção de recursos e capital social. Em seguida, analisa-se a dinâmica da apropriação de recursos e capital social no contexto de diferentes classes sociais.

## **PALAVRAS-CHAVE**

capital social, sociedade de classe

## **Introdução**

Buscamos analisar, neste texto, a complexidade inerente à produção e a apropriação dos recursos e capital social na sociedade de classe. Partimos do entendimento que a relação entre estas duas cate-

---

<sup>1</sup> Texto intitulado Ressources et Capital Social: La Césure centre / périphérie, apresentado na Mesa Redonda Ressources et Capital Social, no Colóquio Internacional Faire Face et S'en Sortir, promovido pela Université de Fribourg, Suíça, 2001.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

gorias, recursos e capital social, guardam complexidades ainda pouco exploradas pela academia e que se assim for feito, pode-se encontrar alternativas de busca de soluções para a problemática da pobreza e do abandono, por parte das políticas públicas, de grandes contingentes populacionais do mundo capitalista.

Inicialmente, buscamos construir um entendimento conceitual em relação a estas duas categorias analisadas e a relação que se pode estabelecer entre ambos, no processo da produção de recursos e capital social. Em seguida, analisaremos a dinâmica da apropriação de recursos e capital social no contexto de diferentes classes sociais.

### **Recursos e Capital Social: Um entendimento conceitual**

Marx já nos ensinou que o trabalho humano (inteligente), em interação com elementos da natureza, constitui-se o princípio da vida e da organização social, o que podemos entender como elaboração de recursos. Em outras palavras, a luta pela construção da vida material e social, em interação com a natureza, determina a elaboração de práticas sociais como alternativas de sobrevivências, o que podemos denominar de recursos. Assim, entendemos que recursos são os resultados do trabalho inteligente, em interação com o seu meio natural e social, criando alternativas de sobrevivências, de onde nascem as experiências e a construção dos saberes sociais, ou em última análise, as tecnologias. Isto tudo, após passar por um processo de apropriação pelos diversos segmentos sociais, quando deriva riquezas sociais acumuladas socialmente disponíveis, como é o caso dos saberes, experiências e recursos patrimoniais, torna-se capital social. Isto significa dizer que capital social se constrói, historicamente, a partir da utilização dos recursos, podendo se constituir na acumulação de bens reais, patrimoniais, saberes, experiências, hábitos culturais e subjetividades. Em síntese, podemos dizer que o capital social é o resultado coletivo da utilização dos recursos naturais e das práticas sociais na dinâmica da luta pela vida. É a partir deste entendimento de recurso e capital social e a relação entre ambos que se fundamenta a análise que aqui fazemos.

## **A produção e a apropriação de recursos e capital social na sociedade de classe**

Ao definir-se o que se compreende por recursos e capital social e a relação entre ambos dá-nos a impressão que tudo é muito bonito, agradável e que não existe ganhador e perdedor na relação entre quem produz e os que têm acesso aos recursos e capital social. Mas o complicador, o que na verdade constitui-se em maior contribuição neste debate, é a complexidade inerente à dinâmica da produção e da apropriação dos recursos e de capitais sociais numa sociedade dividida em classes como a capitalista. A nossa argumentação é que a produção das práticas sociais, enquanto recursos, como alternativas de sobrevivência, se dá no contexto do interior das classes sociais e que, na medida em que estas práticas sociais ganham legitimidade no contexto social mais amplo, o que seria o caminho para se constituir em capital social, são apropriadas pelas classes sociais mais abastadas da sociedade, impondo impeditivos ao acesso das classes sociais subalternas. Dizendo isto de uma forma quase vulgar, a população que vive em situação de vulnerabilidade, inserida na classe trabalhadora, motivada pela necessidade de sobreviver, cria recursos e práticas sociais e que apenas consegue usufruir destes recursos enquanto estes permanecerem restritos ao segmento criador, e antes de serem reconhecidos pelo serviço público, enquanto permanecerem na “ilegalidade”. O impeditivo do acesso a estes recursos pelos segmentos pobres da população se dá devido o fato de se criar, concomitantemente ao processo da apropriação pelas classes dominantes da sociedade, subjetividades valorativas afastando os segmentos pobres dos recursos e de capitais sociais da sociedade.

Chegamos a esta conclusão pesquisando a questão da noção da pobreza buscando compreender os parâmetros utilizados pelos diferentes segmentos sociais para a determinação da condição social, especialmente para compreender a noção de pobreza existente entre os diversos segmentos sociais. Analisamos os parâmetros utilizados pelas instituições oficiais e os dos diversos segmentos sociais, os utilizados pela classe média, alta e as pessoas consideradas pobres. A conclusão que chegamos foi a de que o critério utilizado pelas instituições públicas para a delimitação da condição social, se resume em resultados quantitativos, como é o caso do poder aquisitivo. Atribuem-se ainda valores reais e simbólicos para bens, habilidades técnicas, hábitos culturais (incluindo o consumo) etc., normalmente em poder

das classes dominantes. Isto dá ao segmento pobre uma condição de *ser* e não de *estar* pobre. Isto porque os critérios adotados para determinar esta condição social parte de elementos que designam fragilidades no indivíduo, não nas instituições ou políticas públicas. Além disto observa-se uma lógica etnocêntrica e utilitarista. Esta mesma concepção aparece nas entrevistas realizadas com os segmentos mais abastados (classe média e alta). Em síntese, os critérios adotados pelas instituições públicas assim como aqueles utilizados por segmentos sociais originados de classes sociais média e alta partem *de resultados*. Em síntese, o parâmetro utilizado pelas instituições e pelas classes dominantes é, na verdade, o da capacidade individual do poder de posse do capital social e não apenas do poder do acesso. É claro, a fragilidade do acesso indicaria fragilidade das políticas públicas.

Mas para a população que vive em condições de vulnerabilidade o simples acesso aos recursos de sobrevivência, como é o caso de atividades informais, por si só, lhes retira das condições de pobreza. Pessoas que exercem atividades de vigiar automóveis no meio da rua, empregadas domésticas, catadores de lixo, dizem não se considerarem pobres. Além disto, este segmento valoriza o acesso (não a posse, mas o acesso), se consideram pobres quando dizem não ter acesso (à escola, ao trabalho, ao lazer, ao transporte coletivo, aos serviços de saúde etc.) Isto é, é o acesso aos recursos e ao capital social que lhe retira da condição de pobreza, enquanto que para os outros segmentos sociais, como a classe média e alta, o acesso não é suficiente, o parâmetro passa a ser a posse. Para o segmento pobre da população, ter uma ocupação, mesmo informal, é suficiente para se considerar fora da linha de pobreza. Na visão das pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade, exercer uma atividade é exercer um papel social, isto por entender que se tem participação no processo produtivo da sociedade. Para haver participação é necessária a intermediação dos serviços públicos; é necessário ter postos de trabalho, transporte coletivo, água encanada, serviço público de saúde, lazer, escola etc. Isto lhes tira da condição de pobreza. A lógica destas pessoas que vivem em condições de pobreza é o de que o fato de se ocupar com alguma coisa na sociedade implica ter acesso a um saber acumulado, ou de construí-lo, ter acesso a uma experiência, e isto significa capital. Neste caso, concluímos que os recursos são construídos no decorrer da luta pela construção da vida material e simbólica e se tornam capital social na medida em que se processa uma legitimidade na sociedade. A legitimidade que chamo é o reconhecimento social, como prática social, do recurso utilizado para a busca da sobrevivência.

No Brasil, muitas práticas de sobrevivência (entendidos como recursos) utilizadas hoje, e que são reconhecidas socialmente, até há poucas décadas eram consideradas atividades de bandidos, de marginais, etc. É o caso das pessoas que utilizam recursos informais de sobrevivência, como aquelas que ganham a vida procurando no lixo objetos de pequeno valor de venda (os catadores de lixo); como aquelas que ganham a vida vigiando ou lavando os automóveis no meio da rua (os vigias de automóveis, mais conhecidos no Brasil como “flanelinhas”); como aquelas que oferecem seus serviços para carregar volumes nas rodoviárias ou em feiras livres; como aquelas que montam barracas no meio da rua para negociar com produtos, na sua grande maioria, contrabandeados (os chamados “camelôs”); como os sem-terra, que ocupam as propriedades de terra ociosas obrigando o Estado desapropriá-las. Estas pessoas, forçados pelas circunstâncias das dificuldades de sobrevivência, criaram seus próprios recursos, não apenas como sobrevivência física, mas como sobrevivência social.

Este procedimento de alguns segmentos sociais, como é o caso de quem se encontra em condições de extrema pobreza, nos leva a duas dimensões de análise. A primeira é o fato de que se criam práticas sociais que se restringem ao interior de uma classe social, originando-se de contingentes diferenciados no interior de uma mesma classe, como é o caso da classe trabalhadora. A outra dimensão de análise diz respeito ao exercício destas práticas e o envolvimento delas com outras classes sociais, o que conduz à perda do acesso a estes recursos pelo segmento autor. Vejamos, por exemplo, o caso dos vigias de carro. Estas pessoas começaram oferecer os seus serviços para as pessoas de posse (as pessoas proprietárias de automóveis, proprietárias de capital individual, portanto). A iniciativa de se criar este serviço não partiu dos proprietários de automóveis, mas dos próprios vigias. Estes forçaram a situação e impuseram a sua prática a outras classes sociais. Inicialmente, os proprietários de carro, levados pelo próprio preconceito de considerar estas pessoas marginais, remuneravam os vigias não por considerá-los necessários, mas para evitar problemas. Mas nos nossos dias esta atividade se tornou legítima, isto é, não apenas necessária, mas que é levada em consideração até mesmo pelas políticas públicas de urbanização. Da mesma forma acontece com os catadores de lixo, com os camelôs, etc. Estes segmentos sociais, forçando a legitimidade de novas práticas sociais e novos recursos sociais, provocam grandes transformações sociais, conseguem converter capital individual em capital social. Esta seria uma reação ao processo da sucessão de per-

das analisado por Pierre Bourdieu no seu livro *Miséria do Mundo*, uma espécie de Baudolino, para Umberto Eco. Mas, por outro lado, o ato de “vender” as práticas sociais a outras classes sociais leva a uma “legitimação” e até mesmo podendo ser institucionalizada pelo poder público ou desapropriada por integrantes de classes sociais dominantes.

Mas na medida em que os recursos de sobrevivência se tornam legítimos, convertendo-se em capital social, estes recursos entram numa dimensão de valorização simbólica e real em três dimensões: na instância burocrática do Estado, no caráter mercadoria que assume a prática social e sua apropriação pelas classes dominantes. A convergência destes três elementos é o ponto fundamental da construção das desigualdades sociais, da exploração de classes, da construção de subjetividades que inferioriza e despontencializa a condição de pobre. Isto porque as pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, que utilizam recursos alternativos para sobreviverem, entram numa dimensão de expropriação não apenas por atender a lógica capitalista, mas pela própria concepção etnocêntrica inserida nas instâncias burocráticas do Estado. É o caso da categoria trabalho. O trabalho se constitui recurso em mãos dos trabalhadores, mas na condição de capital social é apropriado pelo dono do capital o que gera a mais-valia, para Marx.

Assim, ousaríamos dizer que o processo de apropriação do capital social pelas classes dominantes da sociedade, dá-se de uma forma que extrapola o mundo material, utilizando-se de subjetividades e as criando (aquilo que Marx designou de ideologia, que serve de instrumento de expropriação assim como se institui no processo), exercendo o processo semelhante aquele teorizado por Bourdieu, a reprodução do capital simbólico, na sua obra *A Economia das Trocas Simbólicas*. Uma das subjetividades criadas neste processo é a própria concepção de verdade, associada à concepção etnocêntrica. A verdade está no centro e ela pode chegar na periferia, mas o deslocamento se dá do centro em direção à periferia e nunca em direção contrária. Isso significa dizer que as atribuições de valores aos bens reais e simbólicos variam de conformidade com a aproximação do centro. Os bens reais e simbólicos ganham atribuição de mais valor na medida em que se aproxima do centro. Isto significa dizer que a valorização dos bens reais e simbólicos mais distantes do centro transforma os segmentos sociais seus proprietários em potencialmente pobres. É com este raciocínio que as políticas sociais de combate à pobreza, por exemplo, implementam suas ações. É também desta forma que se atribui valor real e simbólico às práticas sociais cria-

das por segmentos pobres como alternativas de sobrevivência.

A valorização real e simbólica do capital social apropriado determina a construção de um parâmetro ideal de sujeito ou segmento social. A partir deste parâmetro é que se constrói a idéia da igualdade ou da desigualdade. Esta construção social da noção da desigualdade faz dos iguais os desiguais. Por quê? Porque a igualdade não se estabelece pela maioria, mas a partir do conceito do padrão, que na nossa sociedade capitalista, é imposta pelas classes dominantes. E a atribuição do conceito de padrão se dá pela atribuição do valor real e simbólico aos recursos e capital social que cada segmento social tem acesso, diferenciando-se para baixo, na medida em que se aproxima da periferia. As pessoas consideradas iguais são aquelas que detêm os recursos e o capital social gerados no centro.

A utilização de uma esfera é um bom exemplo para compreendermos o papel da concepção etnocêntrica e a desapropriação dos recursos e capitais sociais em mãos de setores populacionais.

O centro pode ser físico (geográfico) como pode ser uma abstração de verdade. No imaginário social o centro físico (ou geográfico) de um espaço determinado encontra-se acumulada *maior verdade*, ou, o centro (abstração) da verdade.

A idéia do centro funciona como uma atribuição real ou simbólica que se entrelaçam. Isto porque o real vira simbólico e vice-versa. O centro real é a parte de um espaço geográfico que congrega bens reais e simbólicos para onde é atraída a periferia. O centro simbólico refere-se às construções sociais elaboradas a partir da idéia de que a verdade se encontra no centro. De igual forma, a elaboração do conhecimento científico, tecnológico e habilidades têm maior valor real e simbólico na medida em que se aproxima do centro, perdendo sucessivamente na medida em que se afasta em direção à periferia. É científico tudo que for útil; o útil está no centro.

## Conclusão

Não se pode pressupor a inexistência dos recursos. Eles existem, são elaborados a partir da dinâmica da luta pela vida, mas na medida em que eles são reconhecidos pela sociedade institucionalizada,

convertendo-se em capital social, eles são expropriados, pelas classes dominantes, através da atribuição de valores reais e simbólicos próprios das classes dominantes. Esta expropriação é realizada também pelas instituições públicas, na medida em que institucionalizam as práticas sociais originadas no interior da classe trabalhadora e na medida em utilizam uma lógica etnocêntrica no atendimento das demandas sociais, começando atender as demandas do centro em direção à periferia. Esta lógica utilizada pelas políticas públicas determina o aparecimento de uma certa privatização do capital social. É necessário inverter esta lógica.

#### ABSTRACT

This article analyses the complexity inherent to the production and appropriation of resources and social capital in class society, from the elaboration of a conceptual understanding in relation these two analyzed categories and the relationship established between them, in the process of production of resources and social capital. Afterwards, we analyze the dynamics of appropriation of resources and social capital in the context of different social classes.

#### KEY WORDS

social capital, class society

#### REFERÊNCIAS

BONETI, Lindomar W. Ser ou Estar Pobre: A Construção Social da Noção da Desigualdade. **Revista Contexto & Educação**, n. 62. Abril/junho/2001. Ijuí: Editora Unijuí, 2001, p. 115-134.

BONETI, Lindomar W. Les rapports entre l'organisation symbolique de la société et les populations vulnérables. In: **Faire face et s'en sortir** (Org. Vivianne CHÂTEL & Marc-Henry SOULET). Fribourg: Editions Universitaires Fribourg Suisse, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997

DUBET, François. Les inégalités multipliées ou les épreuves de l'égalité. In: **Une Société-Monde? Les dynamiques sociales de la mondialisation**. (Org. Daniel MERCURE). Québec: Les Presses de l'Université Laval, 2001

ECO, Umberto. **Baudolino, 2 ed.** São Paulo: Record, 2001.